Coleção
HISTÓRIA & HISTORIOGRAFIA

Coordenação
Eliana de Freitas Dutra

Guy Bourdé e Hervé Martin
em colaboração com Pascal Balmand

As escolas históricas

Tradução Fernando Scheibe

autêntica

Scanned by CamScanner

Copyright © 1983 e 1997 Éditions du Seuil
Copyright © 2018 Autêntica Editora

Todos os direitos reservados pela Autêntica Editora. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

COORDENADORA DA COLEÇÃO HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA
Eliana de Freitas Dutra

EDITORA RESPONSÁVEL
Rejane Dias

EDITORA ASSISTENTE
Cecília Martins

REVISÃO DA TRADUÇÃO
Vera Chacham

REVISÃO
Lívia Martins

PROJETO GRÁFICO
Diogo Droschi

CAPA
Alberto Bittencourt (Sobre imagem de Voronin76/ Shutterstock)

DIAGRAMAÇÃO
Larissa Carvalho Mazzoni

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

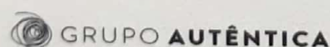
Bourdé, Guy
As escolas históricas / Guy Bourdé e Hervé Martin em colaboração com Pascal Balmand ; tradução Fernando Scheibe. -- 1. ed. -- Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2018. -- (Coleção História e Historiografia)

Título original: Les écoles historiques
Bibliografia.
ISBN 978-85-513-0377-1

1. História - Filosofia 2. História - Pesquisa 3. Historiografia I. Martin, Hervé. II. Balmand, Pascal. III. Título. IV. Série.

18-12852 CDD-901

Índices para catálogo sistemático:
1. Historiografia : História 901



Belo Horizonte
Rua Carlos Turner, 420
Silveira . 31140-520
Belo Horizonte . MG
Tel.: (55 31) 3465 4500

Rio de Janeiro
Rua Debret, 23, sala 401
Centro . 20030-080
Rio de Janeiro . RJ
Tel.: (55 21) 3179 1975

São Paulo
Av. Paulista, 2.073,
Conjunto Nacional, Horsa I
23º andar . Conj. 2310-2312 .
Cerqueira César . 01311-940
São Paulo . SP
Tel.: (55 11) 3034 4468

www.grupoautentica.com.br

Scanned by CamScanner

1

Perspectivas sobre a historiografia antiga

Ninguém espera do presente livro que ele resolva a famosa questão do nascimento do gênero histórico no mundo grego! Deve-se ver nele uma prática intimamente ligada ao despertar da democracia? Uma forma da tomada de consciência por parte do homem de sua condição de animal político? Uma manifestação intelectual e escritural da distância tomada em relação ao caos aparente dos acontecimentos? Não se trataria antes, de modo mais banal, do surgimento de um "novo gênero literário" progressivamente emancipado da epopeia? Já no século VI a.C., o poeta Paniassis, tio de Heródoto, consagrava suas *Jônicas* a narrar a fundação das cidades nas costas da Ásia Menor. O caso de Hecateu de Mileto é ainda mais significativo: ele participa ativamente da revolta da Jônia no fim daquele mesmo século VI, redige lendas sobre as origens das cidades e é autor de uma descrição da terra ou *Periegese*. Consegue, portanto, conciliar talentos de geógrafo com uma inserção ativa na história que estava se fazendo, e ainda com uma preocupação de narrar os grandes fatos, que será partilhada pelos logógrafos do século V. Tucídides, o fundador da história crítica, para não dizer de toda a história clássica, não atribuirá a estes muito mais confiança do que aos poetas, censurando tanto uns quanto os outros por buscarem mais encantar os ouvidos do que servir à verdade. Segundo Tucídides, eles "reúnem fatos impossíveis de verificar rigorosamente e chegam quase sempre a um relato inacreditável e maravilhoso".

Vamos inicialmente nos deixar embalar pelas narrativas de Heródoto, o patrono da etno-história, antes de seguir a austera e límpida lição de Tucídides: "O leitor deve acreditar que minhas informações provêm das fontes mais confiáveis e apresentam, tendo em

Scanned by CamScanner

vista sua antiguidade, uma evidência suficiente". Princípios retomados, três séculos depois, por Políbio, considerado o pai da ciência política, e fielmente seguidos pelos autores romanos, de Tito Lívio a Amiano Marcelino. Esses historiadores romanos e gregos, recorda-nos Arnaldo Momigliano, não constituíam um grupo social distinto. Ao contrário dos poetas e dramaturgos, cuja produção conservava certo caráter religioso, não eram considerados como "os depositários de um tipo de conhecimento definido". Eram recrutados essencialmente entre os homens de idade madura, "aposentados" da vida política ou exilados, desejosos de superar as perspectivas locais e de permitir a um amplo público meditar sobre as grandes transformações políticas e militares. Contrariamente à imagem fornecida pela tradição humanista, ávida de fazer deles os fiadores dos valores eternos, atribuíam a si mesmos como primeira tarefa narrar o passado próximo e descrever o mundo onde viviam. Imagens da transformação, suas obras são também espelhos da diversidade dos povos e dos costumes.

Heródoto, ou como pensar o outro

O autor das *Histórias* (termo que deve ser entendido aqui no sentido de relatos e de investigações) se revela uma figura enigmática: trata-se de um etnógrafo *avant la lettre* ou de um historiador? Terá ele respeitado a regra primordial do ofício de historiador: dizer a verdade? Há um ou dois Heródotos? Um, o autor dos quatro primeiros livros, seria um "etnógrafo" movido unicamente pela curiosidade. Segundo Henri Van Effenterre, este teria se transformado em historiador. O segundo Heródoto – o narrador das Guerras Médicas (Livros V a IX) – se caracterizaria por uma composição mais firme e uma triagem mais severa entre os fatos, sem contudo dar mostras de um espírito crítico muito aguçado. Encontram-se respostas bastante convincentes para essas interrogações no livro de François Hartog, *O espelho de Heródoto* (1980).

Heródoto nasceu por volta de 480 a.C. em Halicarnasso, na Ásia Menor, numa cidade dominada pelos persas, onde gregos e cários conviviam. Problemas na cidade natal o levaram a partir para Samos. Foi o começo de suas viagens: Oriente Médio, litoral do Mar Negro, Grécia, sul da Itália e também Atenas. Sua vida, inscrita entre

Scanned by CamScanner

dois conflitos, as Guerras Médicas e a Guerra do Peloponeso, teve fim em 420, em Túrio ou em Atenas. Deve-se sublinhar dois traços do personagem. Primeiro: ele é originário da Jônia, o berço da ciência grega no século VI, que viu nascer a matemática, a filosofia e a geografia com Tales, Anaximandro e Hecateu de Mileto. Segundo: trata-se de um exilado, um não cidadão, o que lhe confere certa distância em relação àqueles que estavam mergulhados no fogo da ação. Redigindo as *Histórias* ou *Investigações*, ele persegue um objetivo muito claro: "Apresentando ao público suas pesquisas, Heródoto de Halicarnasso quer preservar do esquecimento aquilo que os homens fizeram, celebrar as grandes e maravilhosas ações dos gregos e dos bárbaros e, em particular, expor os motivos que os levaram a guerrear entre si". Com essa dupla finalidade, lutar contra o esquecimento e distribuir a glória, compôs nove livros, os cinco últimos relatando as Guerras Médicas, os quatro primeiros tratando dos gregos e dos bárbaros na medida em que ambos se viram concernidos pela potência persa. Como Heródoto é "essencialmente digressivo" (Hartog), sua narrativa é cheia de descrições e variações etnográficas sobre os usos e os costumes.

A maneira de proceder de Heródoto é sedutora porque emana de um espírito que tem curiosidade por tudo. Que se interroga, por exemplo, sobre as cheias do Nilo. Por que estas ocorrem no verão e não no inverno? Habituados ao fenômeno, os egípcios não são capazes de explicá-lo. Ele tenta então responder, utilizando-se da ciência jônica e invocando os movimentos aparentes do sol. Quando este está no zênite de um lugar, acredita Heródoto, a chuva é impossível. Quando atinge a Líbia, no inverno, o Nilo se encontra, portanto, em seu nível mais baixo. Desse rio, cuja cheia é vital para o Egito, Heródoto quer reconstituir o curso. Dessa vez, apoia-se num raciocínio por analogia, baseando-se no traçado do Istros (Danúbio). Atribui ao Nilo, através da Líbia, um curso idêntico ao do Istros através da Europa, já que suas fozes ficam de frente uma para a outra.

Sabe-tudo genial, Heródoto antecipa as ciências por vir. Pressente a geografia através do seu senso de observação das paisagens. "O solo do Egito", aponta com fineza, "é uma terra escura, gretada e quebradiça, como se fosse formada pelo lodo que o Nilo trouxe da Etiópia e acumulou ali por meio de seus transbordamentos; ao passo

Scanned by CamScanner

que a terra da Líbia é mais vermelha e arenosa e a da Arábia e da Síria mais argilosa e pedregosa". Não contente em descrever, quer medir o espaço, como um agrimensor. Do mar a Heliópolis, estima, há 1.500 estádios (de 177,6 m cada), ou seja, mais ou menos a mesma distância existente entre Atenas e Pisa, perto de Olímpia. Podemos perceber nele uma obsessão pelas cifras, maneira elementar de conceitualizar a realidade. As distâncias, as dimensões dos monumentos, etc., tudo interessa. Antecipa a zoologia ao descrever o crocodilo ou o hipopótamo, e a etnografia ao pintar os usos dos citas, dos egípcios e de outros povos que viviam nos arredores do mundo grego. "Os sacerdotes (do Egito) depilam o corpo inteiro a cada três dias, a fim de que não se engendre nem piolho nem qualquer outro parasita em homens que servem aos deuses. Vestem apenas uma túnica de linho e tamancos de papiro. Não podem ter outras roupas nem outros calçados [...]. Gozam, em compensação, de grandes regalias. Não gastam nem consomem nada dos seus próprios bens. Cada um tem sua porção das carnes sagradas, que recebem já cozidas; e recebem ainda a cada dia uma grande quantidade de carne de boi e de ganso". As práticas rituais, as exigências indumentárias, o estatuto econômico, nada escapa à sua sagacidade. Poderíamos citar páginas pitorescas sobre o ritual do embalsamamento, sobre as festas celebradas em honra do falo de Dioniso e sobre as alegres peregrinações ao templo de Ártemis em Bubástis. O olhar de Heródoto é às vezes divertido, sempre compreensivo. Tem o senso da relatividade dos costumes, máxima de base da etnografia: "Todos estão convencidos de que seus próprios costumes são de longe os melhores", observa como precursor de Montaigne.

Se nos detemos mais particularmente no historiador, percebemos que tem plena consciência da diversidade de suas fontes de informação: "Contei até aqui o que vi, o que soube por mim mesmo, ou o que aprendi através de minhas pesquisas. Vou agora falar dessa região a partir do que os egípcios me disseram; acrescentarei também a meu relato algo do que vi por mim mesmo". Frequenta assiduamente os lugares de memória: o templo de Mênfis, e depois Heliópolis e Tebas, para ver se os discursos dos habitantes dessas duas cidades "concordam com os dos sacerdotes de Mênfis". Também recolhe fragmentos de ciência escrita: "Os sacerdotes (de Mênfis) também leram para mim em seus anais os nomes de trezentos e trinta outros reis que reinaram

Scanned by CamScanner

depois dele (Min, o primeiro rei do Egito, fundador de Mênfis)". Tendo que recorrer a intérpretes, Heródoto só pôde levar a cabo uma investigação limitada. Vivendo num mundo de "cultura escrita restrita" (Hartog), não acreditava, aliás, "nem na necessidade nem na superioridade do escrito". Poderíamos assinalar outros limites de sua informação, principalmente sua visão bastante sumária do campo político, ocupada quase exclusivamente pela figura do tirano, movido pelo desejo, vítima da desmedida, que transgride constantemente todas as regras sociais e morais. Nunca satisfeito, o tirano deseja sempre mais. Voltaremos a encontrar esse princípio explicativo em Tucídides.

Como François Hartog demonstrou de maneira notável, o "problema" essencial de Heródoto, semelhante àquele que todo etnólogo ou historiador encontra, consiste em pensar o outro, o longínquo, o diferente. Descrevendo os citas, por exemplo, ele "constrói uma figura do nômade que torna pensável sua alteridade". Passa de uma alteridade opaca a uma alteridade portadora de sentido. Para chegar a isso, põe para trabalhar uma retórica cujos procedimentos podem ser reduzidos a certo número de figuras elementares brilhantemente analisadas pelo autor de *O espelho de Heródoto*.

Tudo parte, portanto, da constatação de que *a* (o mundo grego) é diferente de *b* (o mundo não grego). Qual será a atitude do narrador? Simplesmente reduzir o outro ao mesmo, traduzir *b* nos termos de *a*? Assinalemos inicialmente dois comportamentos de Heródoto sobre os quais Hartog insiste pouco. O primeiro consiste em considerar que *b* é maravilhoso, prodigioso, totalmente diferente de *a*, radicalmente irredutível ao mundo conhecido. Em *b* os monumentos atingem proporções extraordinárias; certos produtos preciosos são recolhidos em circunstâncias espantosas, como o ládano (resina aromática), extraído da barba dos bodes! A segunda atitude consiste em considerar *b* o ancestral de *a*. O Egito foi o berço de muitas crenças. "Quase todos os nomes de deuses (entre os quais o de Dioniso) vieram do Egito para a Grécia". Podemos ver nisso uma certa maneira de reconhecer que, em certos domínios, *b* é superior a *a*. Em matéria de calendários, por exemplo, os egípcios são considerados "mais hábeis que os gregos".

Mas a operação principal de Heródoto consiste mesmo em tentar traduzir *b* nos termos de *a*. Ela pode assumir diversas formas. 1) Primeiramente, a de uma oposição termo a termo, num esquema

de inversão completa. A famosa descrição dos costumes dos egípcios (*Histórias*, Livro II, 35-37) constitui o melhor exemplo disso. "Entre eles, são as mulheres que vão ao mercado e fazem o comércio no varejo; os homens ficam em casa e tecem". O conjunto do texto se reduz a um esquema binário, desdobrado numa série de imagens contrastadas: alto-baixo, dentro-fora, peludo-depilado, etc. Maneira simples e eficaz de superar a opacidade do mundo do outro. Como nem todos os fatos cabem num tratamento tão sumário, Heródoto elabora esquemas de inversão mais sutis, como quando se trata das amazonas, virgens guerreiras e ferozes, antíteses ambulantes das mulheres gregas casadas. Os citas não se comportam para com elas como gregos, preferindo lhes fazer filhos a lhes fazer guerra? 2) Comparações e analogias constituem também, para o autor das *Histórias*, meios de "reduzir o outro ao mesmo". Ele nos dirá, por exemplo, que a corrida dos mensageiros do rei da Pérsia, que passam a mensagem de um ao outro, se assemelha à corrida dos carregadores de tochas em honra de Hefesto. Ou desenvolverá um paralelo entre a geografia da Cítia e a da Ática. 3) Ele pratica muito pouco a tradução, salvo quando se trata de nomes próprios. *Xerxes*, esclarece, significa *o guerreiro*. Quanto ao termo líbio *Battos*, não significa *o Gago*, como um grego poderia pensar, mas *o Rei*. 4) Descrever e inventariar constituem uma última maneira de colonizar o dessemelhante, encontrando nele elementos conhecidos só que submetidos a arranjos insólitos. O narrador cola seu léxico sobre uma realidade diferente; suas palavras colonizam as coisas do outro campo.

Se nos atemos às estruturas do texto, percebemos que há apenas um e não dois Heródotos. A oposição entre *eles* e *nós* percorre o conjunto da obra, tanto nas viagens quanto na narrativa das guerras. A maneira de relatar os fatos e os atos maravilhosos tampouco se altera. Quer se trate de ações ou de costumes, o princípio de triagem permanece o mesmo: Heródoto escolhe "o mais digno de ser relatado". Tucídides foi injusto vendo nele um mero contador de fábulas, um "mentiroso" preocupado apenas com o prazer de seus leitores. Como se quisesse se defender de antemão dessa objeção, Heródoto tomou o cuidado de recordar seus leitores que ninguém era obrigado a acreditar em seus relatos: "Meu dever é divulgar o que se diz, mas eu mesmo não sou obrigado a acreditar! E isso vale para toda minha história".

Scanned by CamScanner

Não sendo ainda prisioneiro das categorias do conhecimento histórico, Heródoto constitui, de fato, um insubstituível espelho em que o historiador pode contemplar a incerteza de seu estatuto. Ele enuncia o real ou apenas ficções verossímeis como gostava de dizer Michel de Certeau? No "espelho de Heródoto" também se refletem os bárbaros, numa imagem invertida dos gregos. O mundo conhecido e o passado próximo se encontram ali encerrados num "espaço grego do saber" (Hartog).

Tucídides: a definição conjunta de um método e de uma escrita

Qualificando ele próprio sua obra de uma "aquisição para sempre", Tucídides teria pressentido o estatuto extraordinário que esta alcançaria nos séculos então por vir? A *História da Guerra do Peloponeso* ainda suscita hoje em dia um temor reverencial e continua a passar pelo modelo absoluto do método histórico. Um artigo de Nicole Loraux,[1] veio oportunamente nos recordar que o escritor ateniense não concebia a história como nós. Não se tratava ainda de um gênero separado, de um produto escolar sujeito a condições precisas de elaboração. Como a tragédia e a retórica, a história fazia parte dos gêneros cívicos, das instituições discursivas reconhecidas na cidade. Ela não tendia a ser uma "expressão transparente da verdade dos fatos". Não se deve portanto tomar Tucídides por um honorável membro da corporação dos historiadores e censurar suas omissões ou abreviações. É preciso admitir que nele tudo se curva a uma lógica da narrativa de guerra e a um racionalismo implacável. Em consequência, lê-lo nos informa tanto sobre a escrita da história no século V a.C. quanto sobre os trágicos acontecimentos de que foram vítimas os contemporâneos de Péricles.

Tucídides nasceu por volta de 460 a.C. numa família aparentada a Címon e Milcíades, detentora de minas de ouro na Trácia. Eleito estratego em 424, não conseguiu evitar a queda de Anfípolis, o que lhe valeu ser condenado ao exílio. Viveu na Trácia até 404, não sem viajar pela Sicília e pelo sul da Itália. Apesar de sua amargura,

[1] Loraux (1980, p. 55-81).

Scanned by CamScanner

permaneceu fiel à democracia ateniense até sua morte, por volta de 395. Consagrou-se, portanto, à redação da *História da Guerra do Peloponeso*, guerra que opôs, de 431 a 404 a.C., Atenas e seus aliados do Egeu a Esparta e a Confederação do Peloponeso. A narrativa, dividida em oito livros, tendo o último sido redigido às pressas, termina com a expedição de Alcebíades à Sicília (415-413 a.C.). A continuação do conflito foi relatada por Xenofonte nas *Helênicas*.

Foi na introdução de sua obra, qualificada de *Arqueologia* por tratar das origens da Grécia, que Tucídides expôs seu método de historiador em linhas famosas (ver o texto *História da Guerra do Peloponeso*, Livro I, XX-XXIII, fornecido ao final do capítulo). Na origem de sua maneira de proceder, encontra-se o questionamento do que costuma ser admitido. A história começa com a suspeita: "É difícil dar crédito aos documentos em seu conjunto [...]. Os homens aceitam sem exame [...]". Para se tornar historiador, é preciso se distanciar da opinião comum, fonte de tantos erros sobre o passado e sobre o presente. Portanto, não se deve acolher a primeira informação que aparece. Tampouco se deixar vitimar pela ilusão engendrada pelo fato de ter participado dos acontecimentos. Afinal, "os homens engajados numa guerra julgam sempre a guerra que fazem a mais importante" (XXI).

Essa arte de duvidar reaparece na crítica das fontes. Recusando os poetas que "exageram os acontecimentos", Tucídides vai mais longe que Heródoto, embora este já fosse reticente em relação às narrativas épicas. Mas não deixa de utilizá-los para deles extrair costumes – sobre a pirataria, por exemplo – ou para deduzir o número de homens enviados contra Troia. Só que o plano do maravilhoso mítico e o plano da realidade histórica passam a ser nitidamente distintos. Desprezando os logógrafos, como já vimos, Tucídides retém apenas "as fontes mais confiáveis", ou seja, mais próximas dos fatos relatados. Isso no que diz respeito ao passado distante! No que tange aos acontecimentos contemporâneos, evita qualquer opinião *a priori* e retém apenas o que viu ou estabeleceu confrontando testemunhos tendenciosos ou infiéis. Também não deixa de recorrer aos documentos oficiais: o texto da paz de Nícias (422 a.C.), gravado no mármore, corresponde quase palavra por palavra ao de Tucídides.

Estabelecer os fatos e inseri-los em cadeias causais constitui a etapa decisiva da operação histórica. Algumas expressões apontam

claramente para isso: "Considerando-se os fatos"; "ver claro nos fatos passados"; "confirmados pelos fatos". Os mestres do século XIX dizem outra coisa? Esses fatos reconstituídos com tanto cuidado, é preciso ponderá-los, avaliar sua importância, daí o paralelo entre as Guerras Médicas e a Guerra do Peloponeso (XXIII). Resta o essencial: estabelecer as causas dos acontecimentos. Em linhas decisivas, o estratego exilado distingue as razões imediatas do conflito (o confronto entre os corcírios, aliados de Atenas, e os coríntios, aliados de Esparta) de sua causa profunda: o temor dos lacedemônios diante do progresso do imperialismo ateniense. Por trás dos motivos enunciados pelos atores dos acontecimentos, por trás do encadeamento superficial dos fatos, ele se interroga sobre os mecanismos ocultos do movimento histórico.

Tucídides enuncia também, de passagem, as regras de uma escrita histórica. Trata-se de uma verdade em construção, de uma narrativa edificada a partir de um certo grau de informação, que comporta sempre uma parte de não estabelecido: "Era esse, de acordo com minhas pesquisas" (XX); "ninguém se enganaria julgando os fatos mais ou menos como os relatei" (XXI). Banindo todo o maravilhoso, o escritor ateniense apregoa uma escrita simples, desprovida de qualquer artifício literário, apropriada ao objetivo almejado: "Ver claro nos fatos passados". Nem por isso proíbe a si mesmo reconstruir "os discursos proferidos por cada um dos beligerantes" em nome da lógica do verossímil. Sua narração contém, assim, trinta e nove discursos atribuídos a Péricles, Alcebíades, Nícias e outros. Não podendo "relatar com exatidão as palavras que foram pronunciadas", ele expõe o "pensamento completo" que continham, sua substância. É claro que essa arte nos parece um bocado suspeita, e logo imaginamos que esses discursos foram reelaborados com uma boa dose de parcialidade.[2] Contudo, Jacqueline de Romilly inocenta Tucídides completamente dessa acusação e expõe as razões dessa liberdade tomada em relação à matéria-prima da história. Esses belos trechos de eloquência, tão correntes na vida política ateniense, constituíam um meio extremamente eficaz de fornecer em algumas linhas as características de um personagem e de uma política. E serviam também para estabelecer um sistema de relações lógicas entre os personagens, colocando discursos

[2] Romilly (1967).

em paralelo ou em oposição. A prática das antilogias ou confrontações de raciocínios era corrente entre os sofistas. Tucídides cede a esse costume quando, por exemplo, confere a palavra sucessivamente a um siracusano e a um ateniense, que expõem teses rigorosamente contrárias. Cabe, em seguida, o julgamento ao leitor.

Esse texto fundador do gênero histórico nos permite, com a ajuda de Jacqueline de Romilly,[3] esclarecer as três etapas do procedimento do historiador ateniense: a) um trabalho crítico sobre as fontes e sobre o estabelecimento dos fatos; b) uma atividade lógica de construção dos sistemas de provas; c) finalmente, uma atividade de organização constituidora de conjuntos coerentes em que cada fato e cada discurso participa de um mesmo sistema. Mas a missão do historiador não termina por aí: ele deve, ainda, ser útil a seus semelhantes e alimentar as meditações destes. Ambição justificada na medida em que os fatos que relata se sujeitam à lei do eterno retorno que determina o curso das coisas humanas. Semelhante convicção, que já foi qualificada de determinismo racionalista, está ligada a uma concepção cíclica do tempo, acompanhada pela crença na perenidade da natureza humana. Em consequência, os mesmos processos psicológicos devem necessariamente acarretar o retorno dos mesmos acontecimentos.

Depois dessa bela lição de método, resta-nos apreciar seu resultado: a mais do que célebre *História da Guerra do Peloponeso*. Nela se manifestam, de fato, as qualidades fundamentais do historiador, a começar pela extensão de uma informação aberta a uma primeira forma de arqueologia, quando o autor descreve as antigas sepulturas de Delos, ou quando se interroga sobre os vestígios que Esparta poderia deixar. Quando cita documentos, parece fazê-lo com exatidão. Isso pode ser verificado em alguns casos. Sua versão do tratado feito entre os atenienses, os argivos, os mantineus e os eleus, em 420-419 a.C., corresponde, salvo ínfimas variações, ao texto encontrado numa estela da Acrópole. Quanto à sua imparcialidade, é difícil negá-la, já que sempre dá voz aos diferentes campos em conflito. Demonstra, contudo, certa mágoa em relação à democracia ateniense, e não dissimula sua simpatia por homens de Estado moderados como Péricles ou Nícias. Há quem diga que

[3] Romilly (1967, p. 272).

Scanned by CamScanner

ele carregou as tintas ao descrever o imperialismo ateniense. Em seu relato, o ataque lançado contra os mélios, em 416, surge como uma mera e odiosa agressão do forte contra o fraco, mas inscrições recentemente descobertas parecem atestar que os mélios faziam parte do Império e teriam sido punidos por rebelião! O que não se pode negar é a capacidade de evocação de Tucídides, mestre na arte do retrato, perito em narrativas de batalhas e em análises de psicologia coletiva (quer se trate do moral dos atenienses depois do desastre da Sicília ou da ruína geral dos valores atribuível à guerra).

Essa narração perfeitamente controlada, enriquecida por uma análise aguda das causas e consequências (imediatas e longínquas) dos acontecimentos, se revela ainda organizada como uma espécie de sistema fechado. A lógica que opera aí foi exposta por Jacqueline Romilly em *Histoire et Raison chez Thucydide*. Sob a aparência de uma simples narrativa linear, se esconde na verdade um "discurso" eminentemente coerente e pessoal, em que os episódios remetem todos uns aos outros e se encontram carregados de uma significação interna ao sistema. Quando narra o cerco de Siracusa, por exemplo, Tucídides não se perde no relato das oito vitórias de Atenas. Contenta-se em resumir tudo à luta de duas intenções contrárias: atacar Siracusa ↔ não ser atacada. Longe de se extraviar na confusão dos acontecimentos, ele constrói um pequeno drama. Regra geral, busca escapar da desordem dos fatos brutos para reter apenas os elementos ligados entre si. Seu estilo confere a essas relações um caráter de rigor quase matemático. As conclusões correspondem aos projetos. Cada ideia, cada fato assume um caráter definido ao longo de toda narrativa em que, não sem repetições, as mesmas palavras recobrem as mesmas noções. Nessa obra "cheia de ecos, de evocações, de correspondências" podemos discernir uma coesão de estilo que reforça a relação entre os fatos. Embora siga geralmente a ordem cronológica, o autor constrói em realidade uma demonstração em que os fatos ocupam a posição de argumentos num raciocínio. Tudo parece ser necessário, às custas de uma simplificação excessiva. Na *Arqueologia*, toda luz se concentra na gênese do império ateniense, em detrimento da Confederação Espartana. O conjunto da obra está sujeito a um "racionalismo organizador" extremamente eficaz na arte de decantar os acontecimentos brutos e conectá-los em cadeias coerentes.

Scanned by CamScanner

Um livro anterior de Jacqueline Romilly, *Thucydide et l'impérialisme athénien*, já tinha demonstrado qual era a filosofia e a moral intrínseca à *História da Guerra do Peloponeso*. O imperialismo ateniense é apresentado nela como uma força abstrata que determina o curso da história, independentemente das condições de seu surgimento. A cidade de Atenas, em seu conjunto, é animada por uma vontade pura e una; é apresentada em bloco como imperialista, sem distinção de tendências. Essa ambição coletiva se exerce pelo sistema da talassocracia, cujos fundamentos e domínio de expansão o historiador não esclarece. Trata-se de uma pura vontade de potência marítima, que encontra seu fim em si mesma, sem que sejam levados em conta nem o problema do aprovisionamento de trigo nem as necessidades da classe pobre. Em suma, essa vontade de conquista é uma força abstrata que se alimenta de si mesma. É uma paixão que busca a "glória". Os atenienses se entregam a ela unicamente por motivos psicológicos: gosto pela ação, necessidade de autoridade, busca pela fama. Ao mesmo tempo, encontram nela uma espécie de coroação de sua liberdade de cidadãos.

Embora seja possível isolar aspectos sucessivos do imperialismo ateniense (Péricles ou o poder conciliado com a medida; Cléon e Alcebíades, ou os desencadeamentos da *hybris*, o abandono às ambições ilimitadas), ele apresenta uma unidade fundamental expressa por essa simples fórmula: "Os atenienses desejavam mais". Em consequência, seu comportamento obedece a uma lógica implacável: manifestar sua força para se fazer temer; fazer disso o mecanismo normal das relações humanas; esmagar os fracos. Essa visão do mundo procede da experiência do historiador ou do ensinamento dos sofistas? O fato é que revela um profundo pessimismo. Todo poder, toda dominação sofre a tentação da desmedida. Ao dar o passo mais largo do que as pernas, corre para sua perdição. A *hybris* (a desmedida) atrai a *Nemesis* (o destino, a fatalidade).

Rica em ensinamentos filosóficos, organizada como uma rede coerente de signos, a obra de Tucídides não tem nada de um simples documento sobre o conflito entre as duas maiores potências do mundo grego. É preciso ver nela, na verdade, um monumento-tela erguido diante da realidade, para a edificação das gerações por vir. Esse "túmulo escritural" erigido à glória de Atenas incita o leitor a se lembrar e lhe atribui tarefas no presente. Nesse sentido, a função da obra inteira é comparável à da célebre oração fúnebre pronunciada em

Atenas

Scanned by CamScanner

431 a.C. por Péricles, e reescrita por Tucídides, em honra às primeiras vítimas do conflito: "Numa palavra, afirmo, nossa cidade em seu conjunto é a escola da Grécia... Esta é a cidade que, com razão, esses homens não quiseram perder e pela qual morreram corajosamente no combate; pela sua defesa nossos descendentes consentirão em tudo sofrer" (Livro II, 41).

Políbio ou a reconstrução lógica do passado

Políbio é muitas vezes considerado uma espécie de *alter ego* de Tucídides. Menos brilhante no estilo, ele se revela ainda mais sistemático na interpretação do passado. A lógica implacável aplicada por ele nos servirá de fio condutor: "Considero pueril não apenas tudo o que se afasta de um princípio lógico, como também o que está fora do possível". Quando não é possível uma análise racional do passado, é preciso ao menos propor uma leitura verossímil dele.

A. Uma obra na transição do mundo grego para o mundo romano, devida a um exilado e a um viajante (208?-126 a.C.)

Nascido em Megalópolis, na Arcádia, numa família aristocrática, Políbio recebeu uma formação polivalente, em política, estratégia e retórica. Soldado, combateu com os romanos contra Antíoco III, o rei selêucida que entrara na Grécia a chamado dos etolianos em 190-188 a.C. Mais tarde, agiu com cautela durante a revolta de Perseu contra os romanos (170-169). Mas nem por isso deixou de ser deportado para Roma, onde permaneceu por dezessete anos! Lá se tornou o protegido e o amigo de Cipião Emiliano e frequentou Catão. Observando as instituições romanas, amadureceu o projeto de compor *Histórias*. Aproveitou o exílio para visitar a Gália do Sul e a Espanha. Em 150, voltou finalmente para sua Grécia natal, o que não o impediu de acompanhar Cipião sob os muros de Cartago em 146. Quando os aqueus se revoltaram de novo contra Roma, arranjou uma solução de compromisso. Não se sabe muito a respeito do fim de sua vida: viajou para o Egito, assistiu ao Cerco de Numância, em 133, e morreu provavelmente em 126.

Ao lado de obras secundárias e perdidas, como um tratado de tática, Políbio nos deixou quarenta livros de *Histórias*. A primeira parte,

redigida em Roma e remanejada posteriormente, relata a conquista do mundo pelos romanos de 220 a 168 a.C., e portanto as Guerras Púnicas. A segunda narra as perturbações ocorridas no mundo greco-romano de 220 a 168, até a destruição de Cartago. Trata-se de uma narrativa cronológica que fala primeiro do Ocidente e depois do Oriente, e em que os fatos ocupam um espaço proporcional à sua importância. O verdadeiro objeto dessas *Histórias* é a conquista romana e a análise da constituição que a tornou possível. Políbio quis expor "a economia geral e global dos acontecimentos", as histórias particulares vindo se fundir na história universal pela virtude dos grandes conflitos – como a Primeira Guerra Púnica – e da expansão romana.

B. Método crítico e apetite de conhecer

Políbio quer evitar os defeitos de seus predecessores, sobretudo Calístenes e Timeu. Censura-lhes a narração mal costurada, seus relatos ingênuos, seus apriorismos, seus discursos infiéis tanto à letra quanto ao espírito do que realmente fora dito e seus erros geográficos. A seus olhos, o historiador deve associar senso crítico e informação ampla, nos domínios político, militar e geográfico.

Seu método crítico nada tem de especialmente original. Para ele, nada substitui o testemunho direto. Como Aristóteles, considera a visão mais fidedigna que a audição. Tendo assistido a diversos grandes acontecimentos, contava efetivamente com uma vasta experiência em política e diplomacia. Na falta de ter testemunhado tal ou qual fato, recorre a informantes e confronta seus testemunhos. Em Roma, entre 167 e 150 a.C., teve oportunidade de encontrar exilados, viajantes e atores eminentes da conquista (como Lélius, próximo de Cipião), ou da vida política (como Catão). Pôde também consultar os anais da República Romana, que depois se tornariam os *Annales maximi*, e ainda teve acesso a livros vindos dos campos opostos.

Aos diferentes testemunhos de que dispõe, Políbio coloca questões de bom senso: seu autor assistiu aos acontecimentos? Teve uma experiência política e militar? Demonstrando um inegável senso crítico, recusa-se a aceitar meros boatos. Seu gosto pelos documentos originais é impressionante. Nesse aspecto, supera seus predecessores, inclusive Tucídides. Cita tratados, decretos e cartas recopiados por

Scanned by CamScanner

ele nos "arquivos oficiais" romanos, o *Tabularium*. Também gosta de cifras. Quando se trata de avaliar as forças de Aníbal, prefere se apoiar numa inscrição a dar crédito às estimativas de diferentes testemunhas. Falta-lhe informação sobre tal ou qual assunto? Expõe então o que lhe parece mais verossímil. Submetendo dessa maneira a história à lógica, permanece em concordância com o que é natural, com a experiência comum. Sempre em nome da verossimilhança e levando esse princípio ao extremo, chega até a "partir dos fatos estabelecidos para inferir fatos desconhecidos", como afirma Paul Pédech em *O método histórico de Políbio* (1964).

O "desejo de saber" de Políbio se manifesta sobretudo no domínio da geografia. Ele foi se aprofundando cada vez mais nesta, utilizando-a inicialmente enquanto historiador preocupado em conhecer os lugares onde os acontecimentos se passam, antes de praticá-la por si mesma. Adora descrever as regiões que percorreu: a Grécia, Bizâncio, a Itália (inclusive a Sicília), a Espanha, a Gália, a África do Norte e o Egito. Se o *primeiro Políbio* se comporta como soldado e turista, apreciando as curiosidades e as vantagens estratégicas de uma localidade, o *segundo Políbio* cultiva a geografia por si mesma. Observa que a Sicília tem uma forma triangular, introduz em sua obra notas descritivas sobre a Itália, sobre a Cisalpina, sobre o Reno (III, 47, 2-4). Aplica-se até mesmo a um estudo oceanográfico do Ponto Euxino (o Mar Negro – IV, 39-42): qual o porquê do seu assoreamento? E das correntes de seus canais? O assoreamento, diz ele, é inevitável devido à quantidade dos aportes fluviais. Quanto às correntes, elas procedem do escoamento do excedente de um mar alimentado pelos rios. Políbio não se contenta em descrever, raciocina. Interroga-se até sobre a forma e os limites do mundo, assim como sobre a possível existência de um continente austral.

C. Uma lógica implacável e seus limites

A busca das *causas* dos acontecimentos constitui a tarefa primordial dos historiadores. Narrar não basta. É preciso explicar, sem se esquivar, e só *in extremis* recorrer à *fortuna*. O procedimento de Políbio dá continuidade ao de Tucídides e de Aristóteles. Tucídides distinguira as causas declaradas (aparentes), as razões verdadeiras e

Scanned by CamScanner

as leis "eternas" da história. A seus olhos, os indivíduos agiam por delegação das forças históricas.

Para Aristóteles, "conhecer é conhecer as causas". Ele distingue a causa material (o metal permite a estátua; tais meios tornam uma guerra possível); a causa formal (o conceito e seus gêneros; exemplo em Tucídides: o imperialismo e suas consequências); a causa motriz (o pai é causa do filho; o impulso inicial que deslancha os acontecimentos, a cadeia das responsabilidades, sua cronologia exata); a causa final (a saúde é *causa* do passeio; um período histórico é visto como a realização de um plano). Na *Política*, Aristóteles desenvolveu assim uma teoria das revoluções, remetendo-as a três ordens de causas: morais (por exemplo, as aspirações das classes inferiores); finais (mudar a sociedade); imediatas (os primeiros distúrbios, muitas vezes ínfimos, que engendram grandes efeitos).

O pensamento de Políbio fica muito claro num texto que trata das causas da Segunda Guerra Púnica.[4] Ali ele distingue o começo, o pretexto e a verdadeira causa.

– A causa, *aitia*, são os desígnios, os raciocínios e os sentimentos que levam à decisão e ao projeto. Em suma, as operações mentais que precedem a ação. Essa teoria intelectualista subordina a vontade ao entendimento. Resta ao historiador verificar se os resultados corresponderam aos projetos iniciais.

– O pretexto, *prophasis*, é a razão invocada. Exemplo: Alexandre quer punir os ataques dos persas à Grécia; os romanos procuram uma razão para atacar Cartago. Toda política deve se justificar, diante do adversário e da opinião pública interna. O historiador deve rasgar o véu das aparências.

– O começo, *arché*, são os "primeiros atos de coisas já decididas" (exemplo: a tomada de Sagunto inicia a Segunda Guerra Púnica).

Essa "análise lógica" dos acontecimentos se aplica especialmente às guerras e à diplomacia.

As causas invocadas por Políbio são sempre de ordem intelectual (concepções, planos, raciocínios, etc.)

Esse intelectualismo histórico atribui necessariamente um grande espaço aos "discursos efetivamente proferidos" pelos atores: neles se

[4] Pédech (1964, p. 78-79).

Scanned by CamScanner

manifesta o indivíduo pensante; neles são expressos os projetos que determinam a passagem aos atos. O discurso é ação em potência (para Pédech, ele "equivale à ação"). É um elo essencial na trama dos fatos. Políbio afirma se ater às palavras realmente pronunciadas, evitar os estereótipos. Na verdade, imprimiu em muitos discursos a marca de suas próprias concepções. Uma vez citado o discurso, é preciso "descobrir a causa pela qual palavras ou atos culminam finalmente no fracasso ou no sucesso".

Sempre em nome desse intelectualismo histórico, um grande espaço é atribuído à ação dos grandes personagens. Em Políbio, o indivíduo pensante está no primeiro plano da causalidade histórica. Príncipes e chefes de Estado determinam o jogo político. Forjam planos e os colocam em prática sob a forma de leis, de guerras, etc. Tudo depende de seu espírito (*nous*), de sua capacidade de cálculo e de previsão. Aqui a razão (o *logos*) triunfa. Os elementos afetivos e passionais não têm vez. A força física dos indivíduos quase não conta.

Políbio distingue dois tipos de personagens históricos:

– os racionais, que obtêm resultados conformes a seus planos;

– os irracionais, os apaixonados, que fracassam.

Os heróis são, portanto, os frios, os positivos, os calculistas; como Amílcar Barca, esperto, audacioso, que age *kata logon* (segundo a razão); como Aníbal, "a própria lógica da história em ação".[5] Antes de ir para a Itália, Aníbal se informa sobre os Alpes, sobre o Pó, os recursos da região, o estado de espírito da população. Cipião, gênio calculista, é da mesma estirpe: um massacre para aterrorizar, um gesto de clemência para arrebanhar os corações... Quanto aos perdedores da história, eles devem culpar a si mesmos pelas faltas que cometeram contra a razão, pelos seus arrebatamentos (Exemplo: Filipe da Macedônia, o irascível, o impulsivo).

Essa psicologia pode parecer excessivamente clássica e convencional. O pensamento precede a ação. Tudo se resume ao conflito entre a razão e a desrazão. Quem se abandona às forças obscuras (*thumos*) inevitavelmente fracassa. Isso posto, é preciso reconhecer que o vocabulário psicológico de Políbio é extremamente amplo: Pédech recenseou nele 210 termos que designam sentimentos ou operações mentais.

[5] Pédech (1964, p. 217).

Scanned by CamScanner

"A análise lógica" do passado, próximo ou longínquo, exige também a elaboração de vastas sínteses. Políbio adora passar em revista as relações de força existentes em determinada época; às vezes, por meio de grandes composições oratórias. Elas servem para apresentar as políticas possíveis em certo momento, para expor os termos de uma alternativa. Ele também pratica o método comparativo, traçando paralelos entre a falange macedônica e a legião romana, a constituição espartana e a romana (cujo equilíbrio permitiu a conquista do mundo).

Essa visão racionalista da causalidade histórica tem seus *limites*. Ela cai por terra diante da experiência concreta do desmoronamento das monarquias e dos impérios (Cartago, Antíoco III, etc.). É preciso, portanto, dar seu lugar à Fortuna e ao Acaso, a tudo aquilo que pode frustrar as previsões e dar aos acontecimentos um curso imprevisto.

A Fortuna (*tuché*) tem diferentes rostos em Políbio, desde o acontecimento de primeira grandeza até o mais ínfimo acidente (climático, por exemplo). Por um lado, trata-se de um poder regulador, não muito diferente da Providência de Bossuet. Por outro, a Fortuna é simplesmente o Acaso, aquilo a que se apela para tapar os buracos da explicação no que concerne aos fatos mínimos.

Políbio cai às vezes no finalismo, atribuindo um plano à Fortuna "para levar a cabo os acontecimentos do mundo". Chega a felicitá-la por ter reunido "todas as partes conhecidas da terra sob um único império e uma única dominação" (romana). Bossuet não dirá outra coisa.

A Fortuna preside ao desenrolar da história, determina sua "economia", distribui recompensas e castigos. Mas essa potência superior, que muito se assemelha a uma divindade, não chega a suprimir as causas humanas, por mais que se superponha a elas.

D. Um filósofo da história e um precursor da sociologia política

O objeto essencial de Políbio, em seu célebre Livro VI, reside no estudo dos regimes políticos, a fim de situar o sistema romano entre os outros, e também porque a *politeia* de um Estado tem uma função essencial para engendrar os acontecimentos. Uma constituição é "a causa mais ampla de tudo o que acontece a um Estado", como ele nos diz.

A classificação ternária dos sistemas políticos estabelecida por Políbio comporta formas puras e formas degradadas:

– *Formas puras*: realeza/aristocracia/democracia.

– *Formas degradadas*: monarquia/oligarquia/oclocracia (ou governo da multidão).

Essas categorias vêm diretamente de Aristóteles.

Os regimes políticos estão sujeitos a um ciclo. De início, num mundo caótico, os homens se reúnem em bandos, sob um chefe. Então se instaura uma autoridade consentida, a realeza, que degenera em tirania. Esta suscita uma reação aristocrática, que logo se degenera em oligarquia, que por sua vez é derrubada pela democracia (o poder de todos, fundado na moral e nas leis). Esse estado de coisas não pode durar: ao termo de duas gerações se instaura um regime do populacho e volta-se ao despotismo primitivo. As revoluções sucessivas procedem sobretudo de causas psicológicas e morais, já que a conduta dos dirigentes inevitavelmente se degenera.

O regime ideal que, em princípio, deveria escapar ao ciclo, é um misto, uma combinação dos três princípios (realeza, aristocracia, democracia). Solução imaginada por Licurgo em Esparta e realizada pelos romanos. Solução conforme as exigências do equilíbrio e do meio-termo. Em Esparta, portanto, o povo contrabalançava os reis; e os gerontes – 28 "senadores" de mais de 60 anos eleitos vitaliciamente por meio de aplausos – ajudavam os reis a contrabalançar o povo. Essa constituição permitiu a concórdia interna, mas não refreou o apetite de dominação externa. Daí o fracasso. Os romanos superaram o exemplo espartano. Instauraram um regime monárquico através dos cônsules, aristocrático através do Senado, e democrático através do papel conferido ao povo. Essas instituições, por sua vez, desenvolveram as virtudes do povo (busca da glória; integridade mantida pelo temor religioso). Nesse elogio à constituição romana, Políbio retoma as teses do Círculo dos Cipiões.

O modelo de Políbio permite o conhecimento do porvir, já que a evolução de um regime é considerada previsível com toda segurança. Há leis em funcionamento, que seguem uma mecânica inexorável. Nesse sentido, Políbio é ainda mais determinista que Tucídides. Porém, mais do que esse determinismo, devemos reter o uso feito por ele do método comparatista, que prenuncia a sociologia política contemporânea. É o caso da comparação que estabelece entre Esparta e Roma (que, ao contrário de Esparta, soube mobilizar os

Scanned by CamScanner

meios necessários à conquista) e entre Roma e Cartago (cujo regime considera desequilibrado pela preponderância assumida pelo povo). A probidade romana se opõe à venalidade cartaginesa. O temor aos deuses é maior em Roma do que na cidade púnica.

Cada regime é um organismo vivo sujeito a um "modelo biológico": nasce, cresce, atinge sua fase de equilíbrio, depois definha e desmorona. Mesmo em Roma, a cupidez, a intriga e a indisciplina tendem para a oclocracia. Essa visão se concilia de um jeito ou de outro com a teoria dos ciclos que subjaz ao pensamento de Políbio.

Devemos destacar finalmente que esse grande autor teve uma posteridade bifronte: de um lado, a história racionalista, em que o pensamento precede a ação, em que os indivíduos são os mestres do jogo; de outro, os grandes painéis universais, as grandes sínteses frágeis, *à la* Toynbee e *à la* Spengler. Mas a grandeza de Políbio talvez se deva sobretudo a seu insaciável apetite de saber. A curiosidade do explorador que viaja pelas costas do Marrocos só é igualada pela do erudito, cheio de desprezo pelos compiladores. "A informação pelos livros" constitui a seus olhos apenas o primeiro estágio do conhecimento histórico. De fato, bastaria ter "visto as obras dos pintores antigos" para se acreditar "um bom pintor e mestre dessa arte"?

À procura da "verdadeira natureza" da historiografia romana

Sob esse título ambicioso reuniremos algumas considerações gerais (amplamente inspiradas no livro de Arnaldo Momigliano, *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*) sobre os historiadores romanos, sem dar especial destaque nem a Tito Lívio, nem a Tácito, nem a qualquer outro autor clássico.

As relações dos historiadores com o poder, bastante frouxas no mundo grego, tornaram-se bem mais tensas em Roma, onde quem quer que incomodasse corria o risco do exílio ou de algo pior. Foi sobretudo o regime imperial que vigiou de perto os historiadores e lhes impôs uma espécie de linha oficial. Tibério chegou a ordenar que fossem queimadas as obras do senador Cremutius Cordus, que foi obrigado ao suicídio. Daí as precauções tomadas por um Flávio Josefo, que pede ao imperador para autenticar seus livros sobre a Guerra Judaica, ou por um Sozomeno, que submete sua obra a Teodósio II,

Scanned by CamScanner

deixando-o livre para "acrescentar ou cortar o que quiser". Contudo, essas sujeições ao poder não nos autorizam a falar da existência de historiadores oficiais. Só as descrições das campanhas militares merecem essa etiqueta.

Na Antiguidade, assim como na Idade Média ou hoje em dia, só que de acordo com modalidades diferentes, o historiador participava de um ambiente político e cultural. Os autores buscavam satisfazer certa forma de "demanda social". A biografia, ilustrada especialmente pela *Vida dos doze Césares*, de Suetônio, constituía um gênero particularmente apreciado. Os oradores extraíam abundantes exemplos das vidas dos homens ilustres e dos relatos dos grandes feitos da coletividade. Um claro indício do interesse despertado pelo gênero histórico: algumas obras eram lidas em público, às vezes pelo próprio autor (Timageno no século I d.C., Amiano Marcelino no IV), às vezes por outra pessoa, como uma espécie de homenagem. Outra forma de consagração: as bibliotecas continham obras históricas e os ricos também podiam adquiri-las. O comum dos mortais podia recorrer a resumos das grandes obras e ter acesso, por exemplo, a Heródoto por intermédio de Pompeu Trogo (século I a.C.).

Tomado em seu nível mais profundo, o empreendimento historiográfico se revela uma tentativa de pensar conjuntamente o tempo e o espaço, em sua interdependência mútua. Uma obra manifesta isso de maneira muito clara: as *Res Gestae*, escritas pelo próprio imperador Augusto para celebrar o glorioso destino reservado a Roma pelos deuses: dominar, pacificar e organizar o mundo. Essas narrativas, destinadas a serem gravadas em placas de bronze colocadas diante do mausoléu de Augusto, descrevem um espaço completo e controlado, uma espécie de estado final da conquista do mundo.[6] O texto foi finalizado em 13 d.C. a partir de versões anteriores. Trata-se de uma forma elementar de história, próxima dos *elogia* dispensados aos triunfadores, celebrando as funções exercidas, os gastos assumidos e as conquistas feitas por Augusto. A esses rudimentos de história se associam fragmentos de geografia sob a forma de uma nomenclatura elementar de cinquenta e cinco nomes próprios: catorze províncias, vinte e quatro povos, entre os quais os *britanni* e os *cimbri*, quatro rios,

[6] Cf. Nicolet (1988).

Scanned by CamScanner

uma única montanha (os Alpes), três mares, seis cidades. Bagagem leve, mas ideologicamente significativa, essa geografia sumária afirma o controle da terra habitada, cujos limites são situados na Etiópia e na Jutlândia; revela também as pretensões ecumênicas dos romanos, igualmente manifestas na arquitetura e na iconografia. De maneira exemplar e quase simbólica, as *Res Gestae* nos fazem assistir à construção de um saber histórico-geográfico, construção tornada possível por toda uma série de fatores. Pela própria conquista romana: comerciantes e militares abriram novas passagens, puderam ter a medida do mundo e fazer dele uma descrição detalhada. Pelo controle administrativo do espaço, sob a forma de recenseamentos e contagens com objetivo fiscal. Enfim, pela vontade do imperador: no ano 14 de nossa era, ele manda compor um *Breviário* do Império para fins administrativos, financeiros e militares. Dominar, inventariar e explorar formam uma tríade indissociável. Segundo Vitrúvio, a própria geografia destinava Roma a governar o universo: "É verdadeiramente no meio do espaço do mundo inteiro, e na região mediana, que o povo romano tem suas fronteiras [...]. Desse modo, a providência deu ao Estado romano uma situação excelente e temperada, destinando-o ao império do mundo".[7] Esse belo exemplo de ufanismo nos permite compreender a aptidão dos historiadores a ver longe, na escala das nações, dos impérios, ou do universo inteiro, como Pompeu Trogo. A unificação do ecúmeno pela conquista romana e a ideia estoica da unidade da humanidade contribuíram ambas para isso.

Contrariamente a um preconceito tenaz, os historiadores antigos não eram essencialmente nem depositários nem garantes da tradição. Comportavam-se sobretudo como observadores atentos das grandes transformações políticas e militares ocorridas em sua época. Arnaldo Momigliano demonstra isso de maneira convincente. Os grandes historiadores, de fato, escrevem sobre o passado próximo, como Salústio (86-35 a.C.) relatando a Guerra de Jugurta e a Conjuração de Catilina, ou Tácito (55-120 d.C.) consagrando suas *Histórias* e seus *Anais* aos imperadores do século I. O caso de Tito Lívio não deve nos iludir a esse respeito. Patrício, partidário de Augusto, e vendo na história uma

[7] Vitrúvio escreveu essas linhas por volta de 24-20 a.C. Citado por Nicolet (1988). (N.R.)

distração dos "espetáculos funestos" das guerras civis, ele empreendeu narrar a história de Roma *ab urbe condita*, ou seja, desde sua fundação. Dos cento e quarenta e dois livros que compôs entre 27 a.C. e 17 d.C., restaram apenas trinta, dez dos quais sobre as origens e vinte sobre a conquista romana de 218 a 167 a.C. Sua narrativa se prolongava na verdade até o período de Augusto, e comportava, portanto, uma seção contemporânea. Não devemos nos deixar enganar sobre a verdadeira natureza de sua obra, nem por seu respeito aos mitos de origem (a chegada de Enéas, Remo e Rômulo), nem por seu gosto pelos costumes antigos. Celebrando os heróis (os Horácios, Horácio Cocles), o que ele queria era fornecer a seus contemporâneos exemplos de coragem, de respeito aos deuses e de devotamento ao Estado, a serviço da regeneração moral empreendida por Augusto.

A prioridade atribuída ao passado próximo volta a se encontrar em Amiano Marcelino (por volta de 330-400 da nossa era). Ele consagra treze livros a narrar os anos 96-352, mas reserva dezoito ao período 352-378, ou seja, o "seu". "Contemporaneístas" ou mesmo "imediatistas", os historiadores romanos o são por razões muito simples: não é preciso relatar acima de tudo aquilo que se viu e escutou? Não se deve poder confrontar os relatos de diversas testemunhas? Não é mais legítimo expor fatos cuja importância se pode avaliar: guerras, revoluções, transformações institucionais e morais? A observação e a narração da mudança ocupavam, portanto, uma posição central no discurso dos historiadores. "Sua missão era registrar as modificações profundas e relativamente rápidas que afetavam o corpo político" (Arnaldo Momigliano).

Dois tipos de mudanças são privilegiados: as guerras, naturalmente, mas também as revoluções políticas e as inovações constitucionais. Em compensação, não é dada maior atenção às evoluções lentas dos costumes e do direito. Tácito parece ser uma exceção a essa regra. Numa página notável dos *Anais* (Livro III, 55-57), ele se interroga sobre as razões pelas quais o luxo da mesa, excessivamente ostentado de 31 a.C. a 68 d.C., declina pouco a pouco a partir de então. E nos fornece toda uma gama de razões: políticas (o evergetismo se tornou suspeito); psicológicas (o temor inspirado pelas leis suntuárias); sociológicas (os homens novos, vindos dos municípios e das províncias, permanecem fiéis a seus hábitos austeros); e, finalmente, morais

Scanned by CamScanner

(o exemplo dado por Vespasiano, restaurador das tradições, entre 69 e 79 d.C.). Ao final dessa sagaz investigação sobre um objeto moral aos seus olhos, etnográfico aos nossos – as maneiras à mesa –, Tácito se contenta com uma referência puramente formal à visão cíclica da história: "Talvez haja para todas as coisas uma espécie de ciclo e, assim como as estações, os costumes tenham suas vicissitudes". Parece haver uma espécie de "defasagem" entre as concepções filosóficas apregoadas e o exame preciso dos fatos, onde se encontra a verdadeira explicação.

A herança historiográfica da Antiguidade

A tradição historiográfica, tal como pode ser apreciada no fim do período romano, se reduz a alguns princípios essenciais. A história nada mais é que a narração de fatos verdadeiros e controláveis. "Seguindo a ordem dos diversos acontecimentos, na medida em que pude procurar a verdade", nos diz Amiano Marcelino, "contei: os fatos que minha idade permitiu testemunhar ou de que pude me informar interrogando minuciosamente seus participantes".[8] Quanto a Sozomeno, na introdução de sua *História eclesiástica*, ele justifica a utilização de textos heréticos pela busca da verdade: "Já que é necessário contar a verdade, parece-me necessário examinar esses escritos na medida em que eu for capaz disso".

A distinção entre mito e história está solidamente estabelecida: Eusébio de Cesareia e São Jerônimo estimam, por exemplo, que, para o período anterior a Abraão, "não encontramos verdadeiramente nenhuma história, nem grega nem bárbara, nem, para falar de modo geral, pagã". Daí a escolha do primeiro por retraçar "a sequência dos tempos" de Abraão e Ninus até sua época. Também já não se confunde mais a biografia, que busca descrever as pessoas, com a história, destinada a narrar as ações.

Os autores da Baixa Antiguidade gostam de evocar seus predecessores, como Amiano Marcelino faz com Tácito. O que garante a continuidade dos modelos historiográficos. As obras de referência são conservadas nas grandes bibliotecas e reproduzidas pelos copistas (por exemplo em Constantinopla, no século IV). Não contentes em

[8] Citado por Sabbah (1978).

retomar os grandes exemplos, os historiadores do Baixo Império têm um grande senso de observação. Soldados, embaixadores ou oradores, viajam muito ao interior de um mundo cada vez mais ameaçado pelos bárbaros, "pretexto" ideal para considerações geográficas e etnográficas.

Amiano Marcelino pode ser visto como o autor mais representativo dessa época. De origem grega, serviu nos tempos de Constâncio II e acompanhou Juliano na campanha contra os partas. Seus *Rerum gestarum libri XXXI*, que vão do advento de Marco Coceio Nerva à morte de Flávio Júlio Valente (96-378 de nossa era), se inscrevem na continuidade da obra de Tácito. Seus princípios são parecidos com os de seus predecessores.[9] Como a exposição da verdade lhe parece um ideal inacessível, pouca referência faz a ela. Atém-se quase sempre à veracidade. Busca enunciar uma verossimilhança capaz de persuadir; quer inspirar a *fides*, a confiança. Nele, a noção de verdade objetiva nada tem de um dado primeiro: ela se constrói no quadro de um esforço para depurar a noção de verdade retórica feita para persuadir, "com vistas a aplicá-la ao conhecimento do passado". Oriunda da retórica, a história deve visar à honestidade, à integridade (nada omitindo) e ao comedimento (evitando qualquer exagero).

Para estabelecer a verdade ou a veracidade dos fatos, o historiador lança mão das provas fornecidas por observações pessoais e por dados recolhidos junto aos atores dos acontecimentos. Embora considere a visão mais confiável que a audição, coloca-as de certo modo no mesmo plano, na medida em que, no final das contas, tudo repousa sobre a autoridade do historiador, fonte de uma relação de confiança com o leitor.

As informações de Amiano Marcelino eram de primeira mão? Alguns sustentaram que ele se contentou em pilhar seus precursores; outros, que coletou inúmeros dados brutos. Guy Sabbah demonstra que ele realmente recorria com frequência a fontes de primeira mão: traduções gregas de inscrições de hieróglifos, monumentos figurativos, documentos oficiais consultados no *Tabularium* (quadros de itinerários, listas prefeitorais), e até arquivos familiares e privados. Em suma, recorreu a documentos originais com maior frequência do que

[9] Cf. Sabbah (1978).

Scanned by CamScanner

se imaginava, mas não mais do que seus contemporâneos. Eusébio de Cesareia também utilizava textos de leis, cartas de imperadores e bispos, atas de concílios, etc. Devemos, contudo, mencionar uma particularidade de Amiano: oficial que se tornou historiador, pôde recolher as recordações de seus pares; também utilizou os relatórios concisos que a burocracia do Baixo Império mandava elaborar sobre as operações militares.

Em sua narração, Amiano Marcelino retém apenas os fatos dignos de memória; descarta os detalhes humildes e ignóbeis e se concentra nos acontecimentos carregados de consequências. Assim se elabora a grande história que se quer *scientia plena*. Em geral, respeita a ordem cronológica, mas sabe renunciar a ela quando a simultaneidade dos acontecimentos em lugares afastados pode semear a confusão. Nesse caso, corre o risco de se sujeitar às exigências de uma "progressão dramática".

Mais representativo que original, alimentado por uma tradição que remonta a Políbio, visceralmente apegado à ordem romana, que adora opor à anarquia bárbara, Amiano Marcelino renuncia a proclamar a utilidade da história. Ela deve se limitar a ser uma *cognitio plena* (um conhecimento completo), já que não pode ser uma *magistra vitae* (uma mestra da vida). Coloca-se como um puro historiador, num mundo onde os generais são muitas vezes bárbaros aculturados, os políticos cínicos sem escrúpulos, e onde os costumes estão tão degradados que não é mais possível acreditar na virtude exemplar de um gênero sujeito aos assaltos repetidos, e logo vitoriosos, da história cristã. Seria falacioso imaginar que se passou insensivelmente, por uma espécie de deslizamento progressivo, das fórmulas antigas às concepções medievais. Na verdade, uma profunda renovação das perspectivas ocorreu no século IV. Depois da vitória de Constantino em 312, afirma Momigliano, a Igreja "se ergueu vitoriosamente para reafirmar com uma autoridade acentuada o modelo evidente da intervenção divina na história, a eliminação impiedosa dos desvios". A história providencial, alimentada de certezas, buscou suplantar a simples narração das transformações devidas aos homens, cara aos autores pagãos.

Documentos

Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*, Livro I

XX. Era esse, de acordo com minhas pesquisas, o antigo estado da Grécia. Pois é difícil dar crédito aos documentos em seu conjunto. Os homens aceitam sem exame os relatos dos fatos passados; mesmo aqueles que se referem à sua própria terra. Assim, a maioria dos atenienses imagina que Hiparco estava no poder quando foi morto por Harmódio e Aristogitão; não sabem que era Hípias, o filho mais velho de Pisístrato, que governava; Hiparco e Téssalo eram seus irmãos mais novos. Mas no dia marcado para o assassinato, e no momento de agir, Harmódio e Aristogitão suspeitaram que alguns de seus cúmplices tinham avisado Hípias; e por isso não o atacaram, já que o supunham prevenido; porém, não querendo ser detidos sem ter feito nada, mataram Hiparco que estava organizando a procissão das Panateneias perto do santuário de Leucórion.

Sobre diversas outras questões contemporâneas, falo evidentemente daquelas que o tempo não fez esquecer, o resto da Grécia não tem ideias exatas: imagina-se, por exemplo, que os reis de Esparta dispõem de dois e não de um só sufrágio; que têm à sua disposição um corpo de tropas formado pela tribo de Pitana; o que nunca aconteceu; vê-se com que negligência a maior parte das pessoas procura a verdade e como aceitam as primeiras informações que aparecem.

XXI. De acordo com os indícios que apresentei, ninguém se enganaria julgando os fatos mais ou menos como os relatei. Não daremos crédito aos poetas, que exageram os acontecimentos, nem aos logógrafos que, mais para encantar os ouvidos do que para servir à verdade, reúnem fatos impossíveis de verificar rigorosamente e acabam chegando a uma narrativa inacreditável e maravilhosa. Deve-se pensar que minhas informações provêm das fontes mais confiáveis e apresentam, posta sua antiguidade, uma fidedignidade suficiente.

Scanned by CamScanner

Os homens engajados numa guerra julgam sempre a guerra que fazem a mais importante; já quando depõem as armas, sua admiração vai para as façanhas de outrora; não obstante, bem considerados os fatos, essa guerra surgirá como a maior de todas.

XXII. Quanto aos discursos proferidos por cada um dos beligerantes, seja antes de entrar na guerra, seja quando esta já tinha começado, eu não tinha como citar com exatidão as palavras que foram pronunciadas, tanto as que eu mesmo ouvi quanto as que me foram transmitidas por diversas fontes. Como me pareceu que os oradores deviam falar para dizer o que era mais pertinente, tendo em conta as circunstâncias, esforcei-me por restituir o mais exatamente possível o pensamento completo das palavras exatamente pronunciadas.

Quanto aos acontecimentos da guerra, achei melhor não os relatar de acordo com o que qualquer um me dizia, nem de acordo com minha mera opinião, só escrevi aquilo de que fui testemunha ou sabia por informações tão exatas quanto possível. Essa pesquisa foi laboriosa porque aqueles que assistiram aos acontecimentos não os relatavam da mesma maneira e falavam segundo os interesses de seus partidos ou de acordo com suas recordações cambiantes. A ausência do maravilhoso em minhas narrativas as tornará talvez menos agradáveis de se ouvir. Bastará para mim que aqueles que querem ver claro nos fatos passados e, por conseguinte, também nos fatos análogos que ocorrerão no futuro graças à lei das coisas humanas, julguem minha história útil. É uma obra de proveito sólido e duradouro mais do que uma peça enfeitada composta para uma satisfação efêmera.

XXIII. O acontecimento mais importante dos tempos passados foi a guerra contra os medas; porém, ela teve uma solução rápida em dois combates no mar e dois combates na terra. Já a guerra presente teve uma duração considerável; e ao longo dela sucederam desgraças à Grécia numa proporção até então desconhecida. Nunca tantas cidades foram tomadas e destruídas, umas pelos bárbaros, outras pelos próprios gregos em luta uns contra os outros; algumas foram tomadas e mudaram de habitantes, nunca tanta gente foi exilada, tantos assassinatos cometidos, uns causados pela guerra, outros pelas revoluções. Desgraças que eram relatadas, mas raramente confirmadas pelos fatos, tornaram-se críveis: tremores que devastaram a maior parte da terra e os mais violentos já vistos; eclipses solares mais numerosos do que

Scanned by CamScanner

os que tinham sido registrados até então; secas terríveis seguidas de fome e, sobretudo, essa terrível peste que atingiu e fez perecer uma parte dos gregos. Todos esses males, ao mesmo tempo que a guerra, se abateram sobre a Grécia.

Ela começou quando atenienses e peloponésios romperam a trégua de trinta anos que tinham estabelecido desde a tomada de Eubeia. Comecei expondo as causas dessa ruptura e os conflitos de interesses que levaram a ela para que todos possam saber de onde veio tamanha guerra. A verdadeira causa, mas não declarada, foi, em minha opinião, que os atenienses estavam se tornando poderosos demais, o que inspirou temor aos lacedemônios e os levou a recorrer à guerra.

(Ed. J. Voilquin, Paris, Garnier, 1948, p. 15-17)

Políbio: A teoria das causas

III. 6 Alguns dos historiadores de Aníbal, querendo nos expor por que causas (τὰς αἰτίας) essa guerra estourou entre Roma e Cartago, indicam como a primeira, o cerco de Sagunto pelos cartaginenses; 2. Como a segunda, a transposição, violando o tratado, do rio a que os autóctones chamam de Ebro; 3. Quanto a mim, diria que esses foram os começos (τὰς ἀρχάς) da guerra, mas não posso admitir de maneira alguma que tenham sido as causas; 4. Longe disso! Senão, dirão também que a travessia de Alexandre para a Ásia foi a causa da guerra contra a Pérsia e o desembarque de Antíoco em Demétrias a causa da guerra com os romanos; nem uma coisa nem outra é verossímil ou verdadeira; 5. Quem acreditaria, de fato, que foram essas as causas das medidas e dos preparativos feitos antes por Alexandre, e até por Filipe quando ainda vivo, com vistas à guerra contra a Pérsia, assim como os dos etólios, antes da chegada de Antíoco, visando à guerra contra Roma? 6 Essas ideias são típicas daqueles que não compreenderam a diferença e a distância existente entre o começo (ἀρχή), a causa (αιτία) e o pretexto (πρόφασις), e que os dois últimos são os primeiros termos de toda a série, e o começo, o último; 7. Chamo começo de um fato qualquer as primeiras ações tomadas no sentido de executar coisas já decididas; e chamo causas os antecedentes em matéria de juízos e reflexões, quero dizer as ideias, os sentimentos e o raciocínios que se referem a elas e as operações que fazem com

Scanned by CamScanner

que se chegue a uma decisão e a um projeto; 8. O que digo ficará evidente através dos seguintes exemplos; 9. Quais foram as verdadeiras causas da guerra contra a Pérsia e de onde ela nasceu? Qualquer um tem a faculdade de compreender: 10. A primeira foi a retirada dos gregos com Xenofonte desde as satrapias do interior, retirada ao longo da qual, durante a travessia de toda a Ásia, embora hostil, nenhum bárbaro ousou enfrentá-los; 11. A segunda foi a invasão da Ásia pelo rei de Esparta Agesilaus, invasão que, sem ter encontrado nenhuma resistência séria a seus esforços, ele teve de abandonar por causa da crise na Grécia; 12. A partir desses fatos, Filipe refletiu e se convenceu da moleza e da fraqueza dos persas, de sua própria força militar e da força da Macedônia; pensou também na grandeza e na beleza do que estava em jogo em semelhante guerra; 13. E na popularidade que ganharia entre os gregos; e foi assim que alegou como *pretexto* que lhe urgia vingar as injúrias infligidas aos gregos pelos persas; teve o desejo e concebeu o projeto de fazer a guerra e preparou tudo para isso; 14. Assim, é preciso considerar os primeiros dados (a constatação da fragilidade da Ásia) como as causas da guerra contra a Pérsia, a vingança como pretexto e a travessia de Alexandre para a Ásia como o começo.

7. Quanto à guerra entre Antíoco e os romanos, é evidente que se deve atribuir sua *causa* à cólera dos etólios; 2. Estes, acreditando terem sofrido diversas humilhações da parte dos romanos ao final da guerra contra Filipe, como expus mais acima, não apenas apelaram a Antíoco como resolveram tudo fazer e tudo suportar sob o efeito da cólera que se apoderou deles nessas circunstâncias; 3. É preciso considerar como o *pretexto* a liberação da Grécia, que eles proclamavam, absurda e falsamente, percorrendo as cidades com Antíoco, e como o *começo* o desembarque de Antíoco em Demétrias.

(Extraído de PÉDECH, 1964, p. 78-79)

Scanned by CamScanner